KATBE WAQUIM FIGUEIRÊDO LIRA BEZERRA

**Trabalho Doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em
Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Otávio Pinto e Silva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2017

KATBE WAQUIM FIGUEIRÊDO LIRA BEZERRA

**Trabalho Doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em
Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Otávio Pinto e Silva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2017

Bezerra, Katbe Waquim Figueirêdo Lira

Trabalho doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector / Katbe Waquim Figueirêdo Lira Bezerra; orientador Otávio Pinto e Silva – São Paulo : Faculdade de Direito / USP, 2017.

139p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Trabalho Doméstico 2. História do Trabalho Doméstico 3. Emenda Constitucional Nº 72/2013 3. Lei Complementar Nº 150/2015 4. Machado De Assis 5. Monteiro Lobato 6. Clarice Lispector.

I. Silva, Otávio Pinto e, Orient. II. Título

KATBE WAQUIM FIGUEIRÊDO LIRA BEZERRA

**Trabalho Doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em
Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Otávio Pinto e Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof. Associado Dr. Otávio Pinto e Silva
ORIENTADOR

MEMBRO

MEMBRO

Dedico essa dissertação a minha mãe,
Beike, minha primeira professora e
minha luz.

Dedico, ainda, a meu esposo, Thiago,
meu porto seguro; e a nosso filho,
Samir, minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nunca me abandonar e não ter me permitido fraquejar.

A minha mãe, Maria Beike Waquim (*in memoriam*), pelo amor imensurável, por todos os esforços e sacrifícios que optou por atravessar para que eu alcançasse meu sonho.

Ao meu orientador, Professor Otávio Pinto e Silva, pelo apoio, críticas, paciência, tranquilidade e amizade, especialmente nos momentos mais sensíveis.

Ao meu esposo, amigo e companheiro, Thiago Bezerra, por estar sempre ao meu lado, acreditar na minha capacidade e me dar todo o amor e suporte que preciso nesta caminhada.

A minha tia e mãe, Maria do Socorro Waquim F. Gushiken, pelo exemplo, amor e estímulo, desde sempre.

A minhas primas-irmãs Vitoria Akemi Gushiken, Bárbara Kinuye Gushiken, Tuisa Souto Said e Natascha Said Souza Basílio, pela amizade, companheirismo e amor.

Ao meu amigo Sandor José Ney Rezende, que me apresentou as Arcadas, pela disposição de ajudar e sua amizade.

As minhas amigas de curso, Ana Beatriz Koury Stratton e Marilu Freitas, pelas conversas que me abrem as ideias, pela motivação, pelo carinho em cada encontro e por esse amor que posso sentir mesmo de tão longe.

Aos meus estimados professores da Faculdade de Direito e do Departamento de Letras da USP, por partilharem seus conhecimentos e me apresentarem uma forma totalmente nova de ensinar. Vocês são um exemplo para mim.

Aos funcionários da biblioteca, em especial, Raquel Lima, por sua solicitude e boa vontade sempre que precisei de seu auxílio.

Por fim, agradeço às empregadas domésticas: Maria Gonzaga da Silva, que me viu nascer; Aurenir Tavares da Silva (Nice), a quem confio minha casa e é meu braço direito; e Ana Maria Carvalho de Oliveira Sousa (Aninha), que cuida do meu filho com tanto carinho. Este trabalho foi inspirado em vocês e nas suas histórias.

RESUMO

BEZERRA, Katbe Waquim Figueiredo Lira. **Trabalho doméstico no Brasil: origens, regulamentação e representação em Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector**. 2017. 139p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

O trabalho doméstico, a despeito de ser uma das mais antigas atividades laborativas, somente há bem pouco tempo recebeu regulamentação que conferisse àqueles que o exercem igualdade de direitos com relação aos demais trabalhadores urbanos. Tal fato deve-se a pouca importância que historicamente a sociedade atribui aos serviços domésticos, e a quem os realiza. Esse preconceito é bastante evidenciado na literatura que, como expressão cultural, reflete e, ao mesmo tempo, influencia o pensamento da sociedade brasileira em todos os aspectos, inclusive com relação ao trabalho doméstico. Esta pesquisa tem como objeto as origens do trabalho doméstico remunerado no Brasil, e sua evolução até os dias atuais, levando-se em consideração tanto a sua regulamentação jurídica quanto aspectos culturais da sociedade brasileira. Inicialmente busca-se apresentar um panorama a respeito do trabalhador doméstico apresentando o que tem sido feito em âmbito internacional, especialmente sob a batuta da Organização Internacional do Trabalho, para garantir a esses trabalhadores condições decentes de trabalho e de vida. A seguir, faz-se uma apresentação das origens históricas do trabalho doméstico no Brasil e exposição da evolução da regulamentação do trabalho doméstico no país. Para demonstrar a representação do trabalhador doméstico na literatura, dentro deste universo tão rico e vasto, foi feito um recorte histórico, tendo sido apresentados apenas personagens de Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector. A escolha desses autores levou em consideração a vastidão de suas obras – que representam um excelente campo de exploração – o momento histórico em que suas obras foram escritas, bem como aquele em que os enredos se desenvolvem. Por fim, faz-se uma análise da nova regulamentação do trabalho doméstico, que busca promover a efetivação de direitos fundamentais, verificando em que pontos ela corresponde ao que dispõe a OIT para os países signatários da Recomendação nº 189. Além disso, apresentam-se os efeitos imediatos da Emenda Constitucional nº 72/2013 e Li Complementar nº 150/2015.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; História do Trabalho Doméstico; Emenda Constitucional Nº 72/2013; Lei Complementar Nº 150/2015; Machado De Assis; Monteiro Lobato; Clarice Lispector.

ABSTRACT

BEZERRA, Katbe Waquim Figueirêdo Lira. Domestic work in Brazil: Origins, Regulamentation and Representations in Machado de Assis, Monteiro Lobato and Clarice Lispector. 2017. 139p. Faculty of Law. University of São Paulo, São Paulo, 2017

The domestic work despite being one of the most ancient labour activities, just few time ago received regulamentation that guarantee to who exert it equality of rights in relation to those urban workers. Such fact is due to little importance that historically society attribute to domestic services and whom to carry it out. This prejudice is enough evidenced in Literature, that, as cultural expression, reflects and at the same time, influence the Brazilian society though in all aspects, inclusive in relation to domestic work. This research ains at the origins remunerated domestic work in Brazil and its evolution up to nowadays taking into consideration not only its juridical regulamentation, but also the cultural aspects of the Brazilian society. Initially, an attempt is made to present an overview of the domestic worker by presenting what has been done at the international level, specifically under the ILO's command, to guarantee to these workers decent conditions of work and life. The following is a presentation of the historical origins of domestic labor in Brazil and an exposition of the evolution of domestic labor regulation in Brazil. To demonstrate the representation of the domestic worker in literature, within this universe so rich and vast, a historical cut was made, and only characters from Machado de Assis, Monteiro Lobato and Clarice Lispector were presented. The choice of these authors took into consideration the vastness of their works - which represent an excellent field of exploitation - the historical moment in which their works were written, as well as the one in which the plots develop. Finally, an analysis is made of the new regulation of domestic work, which seeks to promote the realization of fundamental rights, verifying in which points it corresponds to what dispose ILO to the signatory countries of Recommendation No. 189. In addition, the immediate effects of Constitutional Amendment nº 72/2013 and Complementary Law nº 150/2015 are presented.

Keywords: Domestic work; History of domestic work; Constitutional Amendment No. 72/2013; Complementary Law 150/2015; Machado de Assis; Monteiro Lobato; Clarice Lispector.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDES	Centro de Estudos Direito e Sociedade
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU	Diário Oficial da União
EC	Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEGI	Instituto Nacional de Estadística y Geografía
INWORK	Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JOC	Juventude Operária Católica
LC	Lei Complementar
LFT	Lei Federal do Trabalho
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
REDOM	Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos
SDN	Sociedade das Nações
SEPPIR	Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretarias de Políticas para as Mulheres
SUTD	Sindicato Unico de las Trabajadoras Domesticas
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

TST	Tribunal Superior do Trabalho
TST-AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista no Tribunal Superior do Trabalho
TST-RR	Recurso de Revista no Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 OS DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA NO ÂMBITO INTERNACIONAL: posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	21
1.1 Considerações iniciais.....	21
1.2 O trabalho doméstico internacionalmente.....	21
1.3 O trabalho doméstico sob a ótica da Organização Internacional do Trabalho.....	29
2 TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: natureza e origem.....	39
2.1 Considerações iniciais.....	39
2.2 O sistema escravista brasileiro e sua extinção.....	41
2.3 O patriarcalismo e seus efeitos sobre as relações domésticas.....	44
2.4 O cenário urbano em meados do século XIX e o trabalho doméstico pós abolição da escravatura.....	46
3 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA NO BRASIL DO SÉCULO XX.....	57
3.1 Considerações iniciais.....	57
3.2 A Constituição Republicana de 1891 e a Primeira República.....	57
3.3 A Era Vargas e o nascimento da Consolidação das Leis do Trabalho.....	63
3.4 Primeira Lei dos Domésticos (Lei nº 5.859/1972) e sua recepção pela Constituição Federal de 1988.....	71
4 A REPRESENTAÇÃO DA EMPREGADA DOMÉSTICA EM MACHADO DE ASSIS, MONTEIRO LOBATO E CLARICE LISPECTOR.....	83
4.1 Considerações iniciais.....	83
4.2 Machado de Assis.....	86
4.3 Monteiro Lobato.....	92
4.4 Clarice Lispector.....	99
5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72/2013 E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS.....	107
5.1 Considerações iniciais.....	107
5.2 O que há de novo na legislação acerca do trabalhador doméstico?.....	107
5.3 A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil diante da Convenção nº 189 da OIT.....	113
5.4 A nova legislação e a efetivação de direitos fundamentais.....	117

CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS.....	131

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto o trabalho doméstico remunerado no Brasil, e sua regulamentação, dentro de uma perspectiva cultural e sociológica.

No contexto dos direitos humanos e sociais, o trabalho doméstico representa, no Brasil, um desafio: os trabalhadores domésticos no Brasil, ao longo dos tempos, não receberam tratamento isonômico aos demais trabalhadores urbanos, tanto no que se refere à percepção da sociedade quanto a este tipo de trabalho, no que se refere ao tratamento que lhe é dispensado pelo ordenamento jurídico.

É possível identificar as origens dessa desigualdade ao analisar a história do Brasil. A abolição da escravidão não representou o fim da exploração da mão de obra daqueles que trabalhavam dentro dos lares, mas criou uma nova forma de utilização abusiva dessa mão de obra, já que o trabalho anteriormente exercido pelas amas, cozinheiras, entre outros escravos, passou a ser a atividade dos trabalhadores domésticos. Além disso, as condições de trabalho evoluíram vagarosamente desde então, pois, por muito tempo, inúmeras empregadas continuaram a morar nas residências de seus patrões, com jornadas de trabalho de mais 12 horas, sob tratamento humilhante, sem direito a folga semanal ou férias, entre outros abusos.

Diante dessas premissas, será feito um estudo bibliográfico sobre a evolução do trabalho doméstico no Brasil, levando-se em consideração tanto a sua regulamentação jurídica quanto aspectos culturais da sociedade brasileira.

No primeiro capítulo será apresentado um panorama a respeito do trabalhador doméstico, apresentando o que tem sido feito em âmbito internacional, especialmente sob a batuta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para garantir a esses trabalhadores, condições decentes de trabalho e de vida.

A seguir, será feita uma análise histórica da lenta conquista de direitos trabalhistas pelos domésticos, desde o surgimento da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, até o advento da Lei nº 5.859, de 1972, que até recentemente regia essas relações de trabalho.

Uma das razões dessa demora na evolução das conquistas de direitos por parte dos trabalhadores domésticos é a (pouca) importância dada, pela sociedade, aos serviços por eles desenvolvidos. O papel dos domésticos, durante boa parte da história, foi encarado de forma inexpressiva pela coletividade brasileira.

Esse preconceito é bastante evidenciado na literatura e nos veículos populares de expressão artística (como a televisão e o cinema) que, como expressão cultural, refletem e, ao mesmo tempo, influenciam o pensamento da sociedade brasileira em todos os aspectos, inclusive com relação ao trabalho doméstico.

Nesse sentido, no quarto capítulo faremos uma apresentação de alguns personagens da prosa brasileira, como forma de demonstrar como a empregada doméstica foi representada em nossa literatura. Será feito um recorte dentro deste universo tão rico e vasto, que é a produção literária em nosso país, estudando apenas personagens de Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector. A escolha desses autores levou em consideração a vastidão de suas obras – que representam um excelente campo de exploração – o momento histórico em que suas obras foram escritas, bem como aquele em que os enredos se desenvolvem.

Com relação a Machado de Assis, serão analisados personagens de obras tanto de sua primeira fase (Iaiá Garcia, A mão e a luva, O melhor das noivas) quanto de sua fase madura (Memorial de Aires, Memórias Póstumas de Brás Cubas, O Enfermeiro). Essas obras são ambientadas no século XIX, momento de efervescências políticas no Brasil: movimentos abolicionistas e republicanos.

Monteiro Lobato é o escritor, talvez, mais conhecido por suas obras infantis, sendo a mais importante delas a série sobre o “Sítio do Picapau Amarelo”. Dentre as personagens de maior destaque está Tia Anastácia, em relação à qual é possível identificar características muito interessantes a respeito do tratamento dado aos domésticos na primeira metade do século XX, quando surgiu a primeira lei regulamentadora do trabalho doméstico. Também serão apresentados personagens de sua obra adulta, tendo sido analisados os contos “O pito do reverendo”; “O resto de onça”; “Vidinhas ociosas”; “Toque outra” e “O jardineiro Timóteo”.

Clarice Lispector, por sua vez, aparece como a visão feminina da literatura da segunda metade do século XX, com sua forma peculiar de escrever e

apresentar os enredos e personagens. Além de “A paixão segundo G. H.” serão analisadas crônicas de jornal direcionadas ao público feminino e que, claro, não raro, tratavam das relações domésticas. Serão estudadas as crônicas: “Enquanto a empregada nova não chega”; “Como tratar a empregada”; “Dies Irae”; “A mineira calada”; “Por detrás da devoção”; “Das doçuras de Deus”; “De outras doçuras de Deus”; “Agradecimento” e “O que eu queria ter sido”. Quando a Lei nº 5.859 foi publicada, em 1972, Clarice era uma autora consagrada, e em razão de sua contemporaneidade, com o advento da Lei que tratava dos empregados domésticos, optamos por estudar alguns de seus personagens.

As mudanças sociais e as legislativas possuem uma relação de interferência mútua e resultam da evolução do pensamento da sociedade em relação aos mais diversos aspectos da vida, neste caso, quanto ao trabalho doméstico.

Partindo dessa contextualização histórica e cultural, no quinto capítulo será realizada a análise da nova legislação do trabalho doméstico, e se tentará compreender que reflexos estas alterações constitucional e infraconstitucional terão sobre as relações de trabalho doméstico. Surgem, então, questionamentos acerca do futuro da categoria e, também, quanto às mudanças culturais que esse novo tratamento jurídico poderá promover na sociedade brasileira. Buscar-se-á, nesta pesquisa, identificar quais mudanças poderão ocorrer, na prática, na vida desses trabalhadores, com relação à efetivação de seus direitos fundamentais e seus empregadores e, conseqüentemente, para a profissão, ante as mudanças legislativas recentes.

Diante do fato de que a esmagadora maioria dos trabalhadores domésticos é formada por mulheres¹, daremos preferência à utilização da expressão no feminino para nos referirmos às pessoas que exercem essa profissão, como forma de reconhecimento a esses milhões de mulheres que, em todo o mundo e, em especial, no Brasil, ao longo da história dedicaram e dedicam suas vidas a cuidar e zelar por famílias e lares que não são os seus.

¹ Segundo dados do DIEESE, em 2011, mais de 90% dos trabalhadores domésticos no Brasil eram mulheres.

CONCLUSÃO

O trabalho doméstico é milenar. Talvez se constitua em uma das mais antigas formas de trabalho da humanidade. Um trabalho invisível, repetitivo, e desvalorizado, a despeito de sua importância para o funcionamento das famílias e, por consequência, das sociedades.

Em todo o mundo, estima-se, há mais de 52 milhões de trabalhadores domésticos, 83% deles são mulheres. As características da trabalhadora doméstica variam de país para país. Enquanto no Brasil predominam mulheres nacionais, negras e de baixa escolaridade, no México, segundo país latino em número de empregados domésticos, também há predominância de mulheres, nacionais, porém de origem indígena. Nos países desenvolvidos o número de empregados domésticos é bem inferior ao dos países latinos, sendo que a maioria de deles é formada por mulheres migrantes, que têm no trabalho doméstico uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Essas informações evidenciam o fato de, independentemente do país em que atua, a empregada doméstica atravessa situações de vulnerabilidade, seja por questões raciais ou sexuais, seja em razão da nacionalidade e/ou ilegalidade de sua situação migracional.

Atualmente, ainda que não seja sua única preocupação, o trabalhador doméstico migrante vem sendo o principal foco da Organização quanto a essa categoria, pois muitas das empregadas domésticas que trabalham nos países desenvolvidos são oriundas de países periféricos e, muitas vezes, não possuem autorização para residir e trabalhar onde vivem. Isso as coloca em situação de maior vulnerabilidade.

Em junho de 2011 foram aprovadas a Convenção nº 189 (Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos), que estabelece normas com o escopo de promover dignidade aos trabalhadores domésticos e a Recomendação nº 201 da OIT (que apresenta orientações para a implementação de programas e ações previstos nessa Convenção). Apesar de, em grande medida, a OIT voltar seus olhos para o trabalho doméstico realizado por migrantes, a maioria das disposições da Convenção nº 189 podem ser observadas mesmo em países em que o trabalho doméstico é realizado majoritariamente por nacionais, como é o caso do Brasil.

Em nosso país a estrutura socioeconômica, no Brasil, dentro da qual surgiu o trabalho doméstico foi a escravista. A escravidão era base de sustentação da economia e da sociedade brasileiras. O processo abolicionista andou a passos lentos (durou quase sessenta anos), e algumas das leis editadas nesse processo não tinham efeitos práticos imediatos e a Lei do Ventre Livre, é um exemplo disso. Segundo ela seriam livres os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de sua edição. No entanto, eles deveriam manter-se sob a tutela dos proprietários de suas mães até os 21 anos e cresceriam realizando todo tipo de trabalho por eles determinado, assim como sofreriam castigos “não excessivos” e poderiam ser alugados a terceiros. A seguir editou-se a Lei dos Sexagenários, garantindo a liberdade dos escravos que contassem com 60 anos ou mais, mas eram poucos os escravos que chegavam a essa idade. A abolição total, pelo menos legalmente, somente veio a ocorrer em 1888, com a edição da Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil.

Porém a cultura da exploração escravista estava intrincada na sociedade brasileira e as relações sociais, especialmente relacionadas ao trabalho evoluíram vagarosamente. Um dos aspectos sociais que demonstram isto é o patriarcalismo, que persistiu por longos séculos.

Em meados do século XIX inicia-se o processo de urbanização e, além dos escravos domésticos passou-se a utilizar trabalhadores domésticos livres. Havia, no período pré-abolicionista, uma hierarquia entre as próprias trabalhadoras domésticas (escravos ou livres), porém, fosse ela livre ou escrava, era tratada de forma inferior às demais categorias de trabalhadores, submetendo-se a condições de vida e trabalho tantas vezes desumanas. Mesmo aquelas criadas que estavam numa posição hierárquica superior às demais, pelas atividades realizadas e supervisão do senhor, estavam expostas a uma jornada exaustiva, que não lhe conferia condições de descanso necessário para a recuperação de sua saúde.

Em 1886, com a crescente massa de trabalhadoras domésticas livres (libertas ou brancas), aumentava a necessidade de regulação das relações entre patrões e aquelas trabalhadoras, o que levou à criação de Regulamentos em diversas cidades do país, com o intuito de exercer controle sobre a atividade. Nessa época as empregadas ainda eram submetidas a salários irrisórios e contratos precários. O trabalho infantil era outra realidade enfrentada pelas empregadas domésticas do final do século XIX. Eram as dificuldades econômicas

que, como ainda hoje se observa, obrigavam os filhos de libertos a trabalhar como empregados domésticos, muitas vezes em troca de alimentos, vestuário, local para morar.

O advento da República e da Constituição de 1891 não trouxe qualquer alteração nesse panorama, pois tinha caráter liberal e não previa direitos sociais. As relações de trabalho, a partir do advento do Código Civil de 1916, eram tratadas como se tivessem caráter meramente civil, como simples “locação de serviços”.

De fato, o modelo do constitucionalismo social foi inaugurado somente em 1917, com a Constituição Mexicana de 1917, abordando diversos aspectos do trabalho, inclusive com relação à proteção do trabalho da mulher. Seguiu-se a ela a Constituição de Weimar, destinando a segunda parte de seu texto aos direitos econômicos e sociais. No Brasil, esse reconhecimento por parte do estado só veio a ocorrer com a Constituição de 1934, mesmo assim, as relações de trabalho eram tratadas como contratos civis.

Em 27 de fevereiro de 1941 foi criado o Decreto-Lei nº 3.078, que dispunha acerca da locação dos empregados em serviços domésticos. A norma definia empregados domésticos como sendo “todos aquele que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, prestem serviços em residências particulares ou a benefício destas” (art. 1º). Estabeleceu diversas exigências para que pudesse haver a locação dos serviços, como a obrigatoriedade de exame médico para a obtenção do registro em carteira profissional, o que dificultava o acesso dos trabalhadores ao documento, inclusive porque os custos deveriam ser arcados pelo empregado. Era prevista a criação de uma norma regulamentadora desse Decreto, o que jamais foi feito.

Em 1942 começaram os estudos para a elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho, cujo Anteprojeto foi publicado no Diário Oficial da União em janeiro de 1943. Sua Exposição de Motivos declarou que por coordenar normas vigentes, não compreendeu os empregados domésticos, deixando claro, pois, o posicionamento adotado pela Comissão de elaboração da CLT acerca da não-vigência do Decreto-Lei. 3.078/41, em razão da ausência de regulamentação. Nada os impedia, entretanto, de tratar acerca dos trabalhadores domésticos, suprimindo a lacuna existente.

No final da década de 50 movimentos sociais promoveram a conscientização e organização das empregadas domésticas, dando origem a congressos e encontros dessas trabalhadoras. Suas lutas renderam frutos: Em dezembro de 1972 a profissão de empregada doméstica finalmente foi regulamentada.

A Lei 5.859/72 definiu trabalhador doméstico como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas” e elencou alguns direitos a que a categoria faria jus a partir de então. A norma sofreu diversas alterações tanto antes quanto após o advento da Constituição Federal de 1988, que a recepcionou.

Com relação à Constituição, deve ser dito que apesar de ser chamada “cidadã”, negou parte desse atributo às empregadas domésticas, que, mais uma vez, foram colocadas à margem do reconhecimento de direitos fundamentais. A elas foi dado tratamento discriminatório negativo com relação aos demais trabalhadores. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal (CF) limitou seu rol de direitos constitucionais trabalhistas a apenas alguns dos que haviam sido assegurados aos trabalhadores urbanos.

Havia um ciclo vicioso no que diz respeito ao trinômio lei-empregada doméstica-sociedade: o tratamento discriminatório conferido pelo Estado às empregadas domésticas (tanto na demora na normatização da profissão, quanto na frágil regulamentação), pode ser considerado como um reflexo da desvalorização dessa atividade pela sociedade. Ao mesmo tempo, a falta de regulamentação que reconhecesse seus direitos fundamentais sociais alimentava a desvalorização da profissão.

Isso pode ser percebido através da literatura. A literatura é produto de dado momento histórico (“cronotopia”) e são “vinculados à cultura porque o ser humano, seu autor, é um sujeito social”²¹⁹. O Direito, como a Literatura, nasce da cultura e é inserido nela. A conexão entre essas duas linguagens, Direito e Literatura, se dá portanto, no fato de que ambas são inseridas na cultura e “marcados por sua *relatividade* para com os dados de tempo e lugar em que produzidos”²²⁰, ambos estão marcados pela historicidade.

²¹⁹ Nitschke, Guilherme Carneiro M. *A noção de “cronótopo” no cruzamento entre literatura e direito*. In. MARTINS-COSTA, Judith. *Narração e Normatividade*. p. 63

²²⁰ Idem, p. 73

Assim, estudando algumas obras literárias percebemos que personagens empregadas domésticas raramente têm sido protagonistas e, quando representadas, são carregadas de estereótipos (odiosa, indolente, suja, preguiçosa) ou são colocadas como pessoas de menor valor. Em obras do século XIX ao século XX é possível identificar esse ponto comum, e foi o que observamos nessa pesquisa. Foram estudadas algumas obras de Machado de Assis, Monteiro Lobato e Clarice Lispector. Diferentes autores, de diferentes épocas, sendo o primeiro contemporâneo do processo abolicionista; o segundo viveu durante a Primeira República e a última testemunhou o advento da Lei 5.859/72. Nelas observamos os traços do paternalismo, do conflito de sentimentos entre patroa (patrão) e empregada (empregado) – ora afeição, ora ressentimento – do racismo, do patriarcalismo, do higienismo, do discurso do culto da domesticidade, enfim, características que refletem a desvalorização do trabalho e do trabalhador doméstico.

O advento da EC nº 72/2013 e da LC nº 150/2015 traz a esperança de que essa realidade seja transformada. A nova regulamentação do trabalho doméstico deu nova definição a quem seria trabalhador doméstico, estabelecendo um critério quantitativo para a caracterização da não eventualidade: 3 dias de trabalho por semana para a mesma família. Essa norma acaba por manter o tratamento discriminatório com relação às diaristas, as quais permanecem sem amparo legal.

As novas normas estenderam às empregadas domésticas os direitos que lhe haviam sido negados em 1988: limitação de jornada; horas extras; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); proteção contra despedida arbitrária; seguro desemprego; adicional noturno. Estabeleceu-se, ainda, um regime unificado de pagamento dos tributos, contribuições e demais encargos referentes ao empregado doméstico, o Simples Doméstico.

Todas essas mudanças na Lei podem ser o gatilho para mudanças comportamentais na sociedade e, assim, quebrar o ciclo vicioso mencionado acima, criando-se uma nova cultura de respeito e valorização do trabalho doméstico. Algumas pequenas mudanças já puderam ser percebidas, como a redução da jornada de trabalho²²¹, mas ainda é muito cedo para identificar

221 COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. **Working Paper**, n. 149, oct. 2016. p. 3. Disponível em <<http://www.ipc->

mudanças mais profundas, especialmente quanto ao aspecto cultural da sociedade. O que se espera é que, a partir de agora, ocorra uma verdadeira mudança de mentalidade daqueles que usufruem do trabalho dessas mulheres e homens; que as empregadas e empregados domésticos sejam tratados como profissionais que são (assim como qualquer outro deve ser); que possam usufruir dos direitos que lhes foram reconhecidos, enfim, que lhes seja garantido trabalho digno, em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert; SILVA, Virgílio Afonso da (trad.). **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

ALMEIDA, Renato Rua de. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho. **Revista LTr**. São Paulo, Ano 76, n. 06, p. 647-650, 2012.

ASSIS, Machado de. **A mão e a luva**.< Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000185.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2017

_____. A melhor das Noivas. In: **Jornal das famílias**, 1877. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000066pdf.pdf>>, Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Iaiá Garcia**. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1971 >. Acesso em: 10 out. 2013

_____. **Memorial de Aires**. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2037>. Acesso em: 10 out. 2013

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. O enfermeiro. In: ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000265.pdf>> Acesso em: 1º jun. 2017.

AZEVEDO, Gislaine Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Histórica**: Revista online do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, n. 27, Ano 3, Páginas 1-9, Nov. 2007. Disponível em: < <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica27.pdf> > Acesso em: 27 fev. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. Forms of time and of the cronotop in the novel: notes toward a historical poetics. In: BAKHTIN, M.M. **The dialogical imagination**. Four Essays. Trad. Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 2006.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**, 5. ed. São Paulo: LTr, 2007.

BELTRAN, Ari Possidonio. Contratos especiais de trabalho – algumas hipóteses. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de Direito do Trabalho**, vol II: Direito Individual do Trabalho. (Coleção Pedro Vidal Neto) São Paulo: LTr, 2008.

_____. **Direito do Trabalho e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2002.
 BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. 2007. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BLACKBURN, Robin. **A Queda do Escravismo Colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Vade Mecum. Rideel, 14. ed. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988. Vade Mecum, 14. ed. Rideel, 2012.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de Julho de 1934). Publicado no DOU de 16.7.1934 - Suplemento e republicado em 19.12.1935 (Rio de Janeiro) Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 15 jan. 2017

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 10 de Novembro de 1937) . Publicado No Dou 10.11.1937, Republicada Em 11.11.1937, Republicado 18.11.1937 E Republicado 19.11.1937 (Rio De Janeiro) Disponível em: <
http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.Htm Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. **Decreto nº 16. 107**, de 30 de julho de 1923. Aprova o regulamento de locação dos serviços domésticos. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/8/1923, Página 21901 (Publicação Original) Rio de Janeiro. Disponível em:
 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Emenda Constitucional nº 72**, de 2 de Abril de 2013 . Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.. Brasília, publicado no DOU 3.4.2013 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm> Acesso em: 06 mar. 2017

_____. **Lei nº 11.324**, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 jul 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. . Brasília, publicado no DOU de 2.6.2015 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm > Acesso em: 06 mar 2017

_____. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Proposta de Emenda à Constituição nº 478**, de 2010. Revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=889143&filename=PRL+1+CCJC+%3D%3E+PEC+478/2010>. Acesso em: 26 set. 2013.

CASAGRANDE, Cássio. Trabalho doméstico e discriminação. **Boletim CEDES** [on-line], Rio de Janeiro, setembro de 2008, pp. 21-26. Acessado em: 28 jun. 2015. Disponível em: < <http://cedes.iesp.uerj.br/PDF/08setembro/main.html>>

CASSAR, Vólia Bomfim. Os novos direitos da empregada doméstica. **Revista LTr.**, São Paulo, Ano 77, n. 04, p. 411-418, 2013.

CASTELLANO, Milton. (Uruguay) (Ed.). **Las relaciones laborales en Uruguay: 10 años de cambios**. Montevideo: Instituto Costa Duarte, 2014. 141 p. Disponível em: <http://www.cuestaduarte.org.uy/investigacion/economia/negociacion-colectiva/item/download/9_a36b0b61869f79fed65fcd0f2655efe3>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1941, São Paulo. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social**. São Paulo: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943. 2 v.

COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. **Working Paper**, n. 149, oct. 2016. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/WP149_Effects_of_domestic_worker_legislation_reform_in_Brazil.pdf http://www.ipc-undp.org/pub/port/OP336PT_Efeitos_da_reforma_da_legislacao_aplicavel_as_trabalhadoras_domesticas_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; BIONDI, Pablo. Uma leitura Marxista do trabalho doméstico. In: **Revista LTr Legislação do Trabalho**, ano 75, v. 3, São Paulo, LTR, 2011

CRETELLA JÚNIOR, J. **O empregado doméstico na nova Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. Rev., Ampl. e Atualiz. Salvador: JusPodivm, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu (São Paulo). Universidade de São Paulo (Comp.). Preâmbulo das Constituições do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 96, n. 1, p.243-269, dez. 2001. Anual.

DIEESE. **O Emprego Doméstico no Brasil**. Estudos e Pesquisas, nº 68 – ago. de 2013 Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>> consultado em 05 ago. 2015

DÓRIA, Antonio Sampaio. **O preconceito em foco**: Análise de obras literárias infanto-juvenis. Reflexões sobre História e Cultura. São Paulo: Paulinas, 2008

ESTAVILLO, Juan José Ríos. **Derechos de los trabajadores domésticos**. Nuestros derechos. Ciudad universitária: Instituto de Investigaciones Jurídicas – Universidad Autónoma de México, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 9. ed. São Paulo: Globo, 1973. 2 v.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. A emenda Constitucional n. 72/2013 e o futuro do trabalho doméstico. **Revista LTr.**, São Paulo, Ano 77, n. 04, p. 402-410, 2013.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Monteiro Lobato**. Disponível em:
<https://www.ebiografia.com/monteiro_lobato/>. Acesso em: 06 jul. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 34. ed, São Paulo. 2006.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. Reflexões sobre a Convenção n. 189 da OIT – trabalhadores domésticos – e o recente acórdão do TRT da 2ª Região (Horas extras para a empregada doméstica). **Revista LTr.**, São Paulo, Ano 76, n. 02, p. 188-201, 2012.

GOMES, Isabella Monteiro; SANTOS, Michel Carlos Rocha. A importância dos princípios do Direito o Trabalho para a concretização do trabalho como direito social fundamental. **Revista LTr.**, São Paulo, Ano 76, n. 10, p. 1238-1246, 2012. Curso de direito do trabalho. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK. Elson. **Curso de direito do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **House and street**: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century *Rio de Janeiro*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de Direito Internacional Público e Privado do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INEGI. 2015. **Estadísticas a propósito del día internacional del trabajador doméstico** (22 de julio). Aguascalientes, AGS. p. 10. Disponível em < http://www.inegi.org.mx/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=gM0CUfjqa8N6W9NrMucooFvsjwrVAV5o_XBSE2PjjA,> Acesso em 28 mar. 2017.

LA CUEVA, Mario de. **Derecho Mexicano del Trabajo**. 2. ed. Cidade do México: Porrúa, 1943.

_____. **El Nuevo Derecho Mexicano del Trabajo**. 4. ed. Cidade do México: Porrúa, 1977.

LAJOLO, Marisa *et al.* (Org.). **Monteiro Lobato, livro a livro**: Obra Adulta. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Org. Marisa Lajolo.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984

_____. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1964

_____. **Correio Feminino**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. Org. Aparecida Maria Nunes

LOBATO, Monteiro. **Contos completos**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

_____. **Histórias de Tia Nastácia**. 32. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2002.

MACIEL, J. A. Couto. **O progresso atual e o contrato de trabalho do empregado doméstico**. São Paulo, LTr, 1978.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de Direito do Trabalho**: História do Direito do Trabalho no Brasil, Volume I - Parte II. São Paulo: Ltr, 2017.

MARTINS-COSTA, Judith (org.). **Narração e normatividade**: ensaios de direito e literatura. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2013.

MARTINS, Melchíades Rodrigues. Empregado doméstico – direito ao aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço. **Revista LTr.**, São Paulo, Ano 76, n. 08, p. 954-957, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MAYA, Eduardo Ewald. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 5, p.103-129, jul./dez. 2008.

MELO, Neide Moraes de. **Intelectuais na vida pública**: Mário de Andrade e Monteiro Lobato. 2006. 170 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MELO, Hildete Pereira de. **O Serviço Doméstico Remunerado No Brasil**: De Criadas a Trabalhadoras. “Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil” – Texto para discussão nº 565. Rio de Janeiro, junho de 1998. Disponível em <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf> Acesso em: 14 jul. 2015.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat Barão de. **O espírito das leis**. 2. ed. 2. tir. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: Massangana, 1988.

OIT. Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo (**Declaração de Filadélfia**). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2015.

_____. **Convenção nº 95**. Proteção do salário. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br/node/463>>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Convenção nº 103**. Amparo à maternidade (Revista). Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br/node/524>>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Convenção nº 189 e Recomendação nº 201**. Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf>. Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Domestic workers across the world**: Global and regional statistics and the extent of legal protection. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/trabalhodom%C3%A9sticocompleto_971.pdf>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Recomendação nº 165**. Recomendação sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família. <<http://www.oitbrasil.org.br/content/recomenda%C3%A7%C3%A3o-sobre-igualdade-de-oportunidades-e-de-tratamento-para-homens-e-mulheres-trabalh>>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 1.** Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/trabalho-dom%C3%A9stico-remunerado-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-nota-1>>. Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 2.** Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/trabalho-dom%C3%A9stico-remunerado-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-nota-2>>. Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 3.** Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/trabalho-dom%C3%A9stico-remunerado-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-nota-3>>. Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 4.** Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/trabalho-dom%C3%A9stico-remunerado-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-nota-4>>. Acesso em: 26 set 2013.

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 5.** Disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_5_740.pdf>
> Acesso em: 21 abr. 2017

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 6.** Disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_%206_795.pdf>
> Acesso em: 21 abr. 2017

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 7.** Disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_%20oit_%207_796.pdf>
> Acesso em: 21 abr. 2017

_____. **Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe - Nota 8.** Disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/notas_oit_%208_797.pdf>
> Acesso em: 21 abr. 2017

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis** (estudo crítico e biográfico). 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Nossos filhos sem domésticas*. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 25 jan. 2013. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/01/1220184-ana-estela-de-sousa-pinto-nossos-filhos-sem-domesticas.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

RONCADOR, Sonia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil. Brasília: UnB, 2008.

RONCARI, Luiz. **O cão do sertão**: Literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Tradução de: Maria Beatriz de Medina.

SALOMÃO FILHO, Calixto; FERRÃO, Brisa Lopes de Mello; RIBEIRO, Ivan César. **Concentração, Estruturas e Desigualdade**: as origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda, São Paulo, Idcid, 2006

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos Direitos Fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHMACHTENBERG, R. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. In: **IX Encontro Estadual de História**. Associação Nacional de História. Seção do Rio Grande do Sul – UNPUH-RS, 2008. IFCH-UFRGS. Porto Alegre. Anais Eletrônicos, Porto Alegre, 2008, p. 1. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf> Acesso em: 27 fev. 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Otávio Pinto e. **O fim do servicinho**. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 mar. 2013, Seção Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaao/100859-o-fim-do-servicinhoquot.shtml>>. Acesso em: 04 set. 2013.

_____. A função do Direito do Trabalho no mundo atual. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Org.). **Curso de Direito do Trabalho - Teoria Geral do Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Ltr, 2007, v. I, p. 1-189.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SMOSINSKI, Suellen. **Discussão sobre racismo na obra de Monteiro Lobato continua hoje em reunião no MEC**. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/25/discussao-sobre-racismo-na-obra-de-monteiro-lobato-continua-hoje-em-reuniao-no-mec.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SOARES, Evanna. Abolição da escravatura e princípio da igualdade no pensamento constitucional brasileiro (Reflexos na legislação do trabalho doméstico). **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Brasília, ano XX, nº 39, p. 366-394, mar. 2010.

SOUZA, F. F. de. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. 2013, Natal-RN. Anais Eletrônicos. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371332466_ARQUIVO_Texto_versaofinal_FlaviaFernandesdeSouza.pdf Acesso em 27 Fev. 2017.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. **Direito internacional do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre Sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2014

VALLADÃO, Haroldo. Publicou artigo intitulado “A Encíclica ‘Rerum Novarum’, Lei magna da Justiça Social”, na **Revista Legislação do Trabalho**, edição de Janeiro de 1941 (p. 480-482).